

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 212 - Brasília, quinta-feira, 25 de abril de 1996

## LUTA PELA TERRA

# Senado e governadores buscam fim de conflitos

*Tramitação rápida de projetos no Congresso e pacote para solucionar tensões sociais e recuperar capacidade administrativa dos estados representam saldo do encontro no Senado*



Preocupação com estabilidade marcou encontro de governadores com presidente do Senado

O senador José Sarney assumiu compromisso com 24 governadores de estados que o visitaram na tarde de ontem, no sentido de acelerar, no Senado e no Congresso, a tramitação de medidas destinadas a solucionar os conflitos sociais e a recuperar a capacidade administrativa dos estados. Os governadores, por sua vez, comprometeram-se a apresentar um pacote de propostas abrangendo os dois temas, que ocuparam a maior parte do encontro de uma hora.

Sarney garantiu aos governadores que o Congresso atenderá ao apelo de dar celeridade às reformas, e reafirmou sua posição de que o respeito ao papel dos estados é indispensável à integridade da federação.

- O sistema federativo é responsável pela unidade nacional. Não podemos deixar os estados sem instrumentos para cumprir suas funções constitucionais - disse.

Sarney reiterou preocupação com a gravidade da questão social, inclusive com os efeitos danosos que poderá ter sobre a estabilidade econômica.

- O desemprego e a marginalidade das grandes cidades e os conflitos pela posse da terra geram tensões de nível muito preocupante, que é preciso resolver imediatamente. Não podemos frustrar o processo de estabilização da economia, que tão caro nos tem custado - afirmou.

## Plenário aprova admissão de professor estrangeiro

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional oriunda da Câmara dos Deputados que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. A proposta de emenda vai agora à promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão solene do Congresso, em data a ser definida.

No encaminhamento da votação, Júnia Marise (MG), líder do PDT, destacou o parecer de Darcy Ribeiro (PDT-RJ), favorável à aprovação.

## Ministério Público fora da política

Os senadores também aprovaram, em primeiro turno de votação, proposta de emenda constitucional de autoria do senador Odacir Soares (PFL-RO) que veda qualquer tipo de atividade político-partidária aos membros do Ministério Público. O relator da matéria, Jefferson Peres (PSDB-AM), ressaltou que a atividade política filiada a partidos é incompatível com as responsabilidades dos membros do Ministério Público. "em vista de a institui-



Odacir

ção visar aos permanentes interesses de toda a sociedade e não apenas a uma corrente".

Encaminharam voto a favor do projeto Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Ramez Tebet (PMDB-MS), Bernardo Cabral (PFL-AM), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Ignácio (PSDB-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Francelino Pereira (PFL-MG), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Júnia Marise (PDT-MG).

# Projeto regulamenta uso de dados pessoais

*Proposta de Lúcio Alcântara prevê que pessoas serão comunicadas da inclusão de seus nomes em bancos de dados e terão direito a conhecer, corrigir ou suprimir informações*

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou ontem projeto de lei que regula a estruturação e o uso de registros de dados pessoais e de bancos de dados sobre a pessoa, tanto públicos como privados. A proposição visa a proteger o cidadão contra a utilização abusiva e não ética das informações cadastradas. As pessoas deverão ser comunicadas da inclusão de seus nomes nesses registros

e terão direito, sem qualquer ônus, a conhecer, corrigir, completar ou suprimir os dados que lhes dizem respeito.

Segundo Alcântara, a sua proposta responde à necessidade de se resguardarem direitos dos cidadãos frente à expansão dos sistemas e redes de processadores eletrônicos em todo o mundo, como a In-

ternet, já que a informática, conforme disse, pode oferecer à devassa pública dados que incluem o patrimônio, a situação econômica, fiscal e de saúde, o comportamento profissional e sexual, além das opiniões políticas, religiosas e filosóficas das pessoas.

O projeto também prevê medidas para impedir o aces-

so não autorizado a dados pessoais e às informações deles derivadas, atribuindo ao gestor do registro ou banco de dados a responsabilidade sobre a segurança do sistema. A comunicação ou transmissão de dados pessoais ao exterior só serão permitidas se o país destinatário demonstrar reciprocidade de tratamento e tiver legislação de proteção de dados pessoais compatível com a lei brasileira.

**Objetivo é resguardar cidadãos diante do avanço das redes de dados**

## Plenário manda para CAE proposta que altera nome de aeroporto no Rio

Projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que dá ao Aeroporto Internacional do Galeão a denominação de Aeroporto Internacional Tom Jobim teve sua votação adiada, por força de requerimento do senador Arthur da Távola (PSDB-RJ), aprovado ontem em plenário, solicitando que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também se pro-

nuncie sobre a matéria.

Foram aprovados na sessão de ontem projeto do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que altera para Escola Agrotécnica Federal de Santa Rosa do Sul o nome da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, e pedido de autorização para o governo de Santa Catarina emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTC), des-

tinadas ao giro da sua dívida mobiliária, no valor de US\$ 214 milhões.

As indicações presidenciais dos nomes dos diplomatas Sérgio Queiroz Duarte e Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercerem, respectivamente, as funções de embaixadores junto à República Popular da China e ao Canadá também foram aprovadas.

## Transporte fluvial em debate no PA

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou ontem que estará participando hoje e amanhã, em Belém, de um seminário sobre *overkraft*, que, conforme destacou, será da maior importância para a população da Amazônia que utiliza o transporte fluvial naquela região. Sebastião Rocha disse que, a convite dos promotores do evento, presidirá uma mesa redonda durante os dois dias do seminário.



Rocha

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Recebe o presidente do TRT da 15ª Região, de Campinas, Juiz Antonio Mazzuca, e Osvaldo Maricardi.

10h30 - Participa da reunião da Comissão Diretora.

14h30 - Preside Sessão Ordinária Deliberativa do Senado.

17h30 - Recebe a senadora Emilia Fernandes.

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 102/92, que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório; e \*PLC nº 151/92, que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical.

### COMISSÕES

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da previdência social; \*PLS nº 216/95 (terminativo), que dispõe sobre a mineração em terras indígenas; e \*PLS nº 188/95 (terminativo), que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Pauta:** Apreciação da indicação dos diplomatas Abelardo da Costa Arantes Júnior e Sérgio Barbosa Serra para embaixadores do Brasil junto ao Paquistão e à Coreia, respectivamente. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Aprovado número único de identidade

*Substituto do senador Ramez Tebet votado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado estabelece um só registro para cada cidadão em todo o país*

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem a instituição de um número único de registro de identidade civil, pelo qual cada cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, será identificado em todas as suas relações com a sociedade e com os organismos governamentais e privados. O número único será composto por um conjunto de letras e algarismos - duas letras identificando o estado da Federação onde foi feito o registro, três letras identificando o município e oito números que formam a seqüência identificadora da pessoa.

O texto aprovado foi um substitutivo do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a um projeto de lei da Câmara dos Deputados e a dois projetos de lei do Senado. A comissão aprovou ainda emenda do senador Lúcio Alcântara

(PSDB-CE) que institui o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado ao controle do número único e dos dados que identificam o cidadão. Pela proposta de Alcântara, a cédula de identidade civil conterá, obrigatoriamente, além das letras e dos números, o nome completo da pessoa, filiação, local, data de nascimento, fotografia, impressão digital do polegar direito, estado civil e assinaturas do portador e da autoridade responsável pela emissão da carteira.

## PICHAÇÕES

A CCJ aprovou também substitutivo do senador Roberto Freire (PPS-PE) a projeto oriundo da Câmara definindo como contravenção penal o ato de afixar cartazes, faixas ou realizar qualquer tipo de pichação em muros, paredes e fachadas em geral, em áreas particulares ou públicas, sem a expressa autori-



**Iris preside reunião que aprovou número único de identidade**

zação do proprietário ou do órgão competente. A pena para quem infringir essa norma é de multa e prestação de serviços à comunidade, por um a seis meses. Se o réu for primário, o juiz pode aplicar somente a pena de prestação de serviços à comunidade.

## CRIME HEDIONDO

Foi aprovado ainda projeto que corrige equívoco causado pela aprovação quase simultâ-

nea do Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei sobre crimes hediondos. A votação das duas leis em um curto espaço de tempo acabou fazendo com que a pena para crimes violentos contra crianças ficasse menor do que aquela aplicada em caso de crimes contra maiores de 14 anos. A relatora foi a senadora Júnia Marise (PDT-MG). Os três projetos ainda serão submetidos ao plenário do Senado.

## Jucá: contas de prefeita são regulares

Denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas pela prefeita de Boa Vista foram consideradas improcedentes pelo Tribunal de Contas da União (TCU), informou ontem em plenário o senador Romero Jucá (PFL-RR).

De acordo com o senador, as denúncias contra a administração de Teresa Jucá foram feitas ao TCU "pelo governador Neudo Campos e seus seguidores", que também as apresentaram à Câmara de Vereadores da capital de Roraima, visando "afastar a prefeita de seu mandato".

## Freire protesta contra exclusão de minorias na composição da CCJ

O senador Roberto Freire (PPS-PE) protestou ontem contra as mudanças promovidas na composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tomaram por base a proporcionalidade partidária. Freire se disse surpreendido com a informação de que hoje há apenas uma vaga para o PPS, o PSL (ao qual é filiado o senador Romeu Tuma) e os senadores sem partido. Ele anunciou que, a partir de agora, não integrará mais nenhuma comissão.



**Roberto Freire**

- O que me parece é que a maioria pretende ter um total controle sobre as comissões, e que pouco importam os direitos das minorias. Me julgo pro-

fundamente desrespeitado nos meus direitos. Espero que a Mesa não tente cassar o meu mandato - disse.

O presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), afirmou que o seu entendimento era o de que tanto Freire quanto Tuma continuam a integrar a comissão, até que a Mesa do Senado aprecie a questão. Acrescentou que a ausência de qualquer dos dois senadores será um "prejuízo insanável" para a CCJ.

## A TERRA EM DEBATE

# Sarney informa sobre propostas levadas a FHC

*Presidente do Senado relata ao plenário que confirmou ao presidente da República compromisso do Congresso em aprovar rapidamente legislação que leve paz ao campo*



Flaviano Melo

## Flaviano cobra urgência para reforma agrária

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) cobrou ontem a análise e a imediata aprovação dos projetos sobre reforma agrária, antes que venham a ocorrer novas chacinas "para que os poderes constituídos acordem para a questão". Segundo o senador, se não houver modificações na legislação vigente, "não chegaremos ao estágio do rito sumário e, conseqüentemente, continuaremos a patinar" no problema fundiário.

Para Flaviano Melo, na Lei nº 8.629, que regulamenta as normas constitucionais sobre a matéria, existem lacunas que precisam ser sanadas e, conforme observou, há propostas concretas, nesse sentido, em tramitação. Lembrou, a propósito, ter apresentado, mês passado, projeto "corrigindo as suas distorções, na tentativa de evitar os conflitos fundiários, agilizar a desapropriação de terras e facilitar a reforma agrária no país".

- O massacre dos sem-terra ocorrido no Pará foi mais uma estúpida e revoltante prova dos absurdos que a burocracia, a morosidade, entre outros entraves, podem produzir. Absurdos com os quais esta Casa não pode compactuar. Mais do que isso: deve contribuir para exterminá-los", disse Flaviano.

## Júnia alerta para intenção de manipular informações

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) destacou ontem notícias que, a seu ver, apontam para "a intenção de manipular informações e o processo em andamento" contra os responsáveis pelo massacre em Eldorado dos Carajás. Segundo ela, há evidências que contradizem as alegações policiais de legítima defesa e demonstram que os trabalhadores sem-terra "foram vítimas de uma cilada dos policiais militares". A cilada, como disse, foi feita com a colaboração de fazendeiros e empresários.

Júnia Marise citou o desaparecimento dos registros de distribuição das armas aos policiais, fundamentais para a identificação dos culpados, denunciado pelo coordenador do Núcleo de Estudos da



Júnia Marise

Violência da Universidade de São Paulo, Paulo Sérgio Pinheiro.

Outra evidência de manipulação, segundo a senadora, seriam declarações prestadas por professores sobre o quadro em que se deu a ação policial. Cessados os tiros e desbloqueada a rodovia, acrescentou, as professoras disseram que os policiais, com os corpos dos sem-terra espalhados, deram vivas e aplaudiram.

## Gilvam defende programa especial de assentamentos

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem acreditar no êxito de um programa especial de assentamento no país, mas não na reforma agrária. Para o senador, por vivermos



Gilvam Borges

uma sociedade capitalista, "deve prevalecer o direito de propriedade".

Reportando-se ao massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA), Gilvam disse que a proposta de reforma agrária, "um tanto obsoleta", remonta aos anos 50. Ele apontou outros massacres que, a seu ver,

não têm merecido a atenção da imprensa. "Milhares de servidores são massacrados por salários defasados" e mulheres "morrem feito moscas" por falta de uma ação educativa de planejamento familiar, citou.

Em aparte, Osmar Dias (PR) disse que o governo não destina recursos suficientes para cumprir suas metas. Já Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que dificilmente o Legislativo aceitará o rito sumário para a desapropriação de terras e o julgamento de crimes militares pela Justiça comum.

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Senado, José Sarney, relatou ontem ao plenário as propostas que levou, em nome dos líderes partidários, ao presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 22, para reduzir os conflitos de terra no país. No encontro, Sarney afirmou que o Congresso se comprometia a aprovar toda a legislação necessária à solução do problema fundiário brasileiro.

Entre as sugestões, o presidente do Senado salientou a proposta dos líderes para se criar um ministério extraordinário para a reforma agrária, o qual teria de acelerar as desapropriações de terras e o assentamento de sem-terra. O ministério extraordinário teria condições de diminuir a burocracia nesses processos. Participaram ainda da reunião os presidentes da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, e do STF, Sepúlveda Pertence, e o ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Em nome do Congresso, Sarney disse ainda ter sugerido a criação, no Judiciário, de varas especializadas em questões fundiárias. Para ele, deveria ser instituído um rito sumário para os processos fundiários. O presidente do Senado entregou a FHC cópias dos projetos de lei e de uma proposta de emenda constitucional que tratam de reforma agrária e se encontram tramitando no Senado.

Sarney manifestou a opinião dos líderes partidários de que só se eliminarão os conflitos fundiários com mudanças profundas. O presidente da República, conforme o relato do presidente do Senado, pediu ao ministro da Justiça para coordenar as propostas ligadas ao Congresso.

## A TERRA EM DEBATE

# PMDB propõe ao presidente medida provisória para reforma agrária

*O líder, Jáder Barbalho, lê carta enviada a FHC onde o partido defende a medida como forma de democratizar o uso da terra*

A bancada do PMDB no Senado enviou ontem carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso recomendando que ele se utilize de medida provisória para acelerar a implantação da reforma agrária no país. Apesar de ser contrário ao uso indiscriminado de MPs, o PMDB considera que os conflitos fundiários exigem providências urgentes e relevantes por parte do governo.

A carta foi lida no plená-



**Jáder: reforma vai gerar mais empregos**

rio do Senado pelo líder do PMDB, Jáder Barbalho (PA), e garante que o partido dará total e irrestrito apoio ao presidente da República para fazer a reforma agrária no país. Conforme o documento, Fernando Henrique "tem em suas

mãos oportunidade única para deflagrar o processo de reforma agrária de maneira permanente, profunda e exemplar".

## EFEITO POSITIVO

O PMDB destaca que defende a reforma agrária "objetivando a democratização da propriedade da terra". Conforme a carta, a reforma fundiária estimula a atividade agrícola, com "efeitos extraordinariamente positivos na dinâmica econômica e na estabilidade dos preços". O sucesso da reforma, conforme o documento, "pode e deve estimular a economia e a geração de empregos".



**Antonio Carlos Valadares**

## Valadares quer ocupação de terras desapropriadas

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou ontem requerimento à Mesa do Senado, a ser encaminhado ao presidente da República, propondo que o Executivo baixe medida provisória instituindo o rito sumário nos processos de desapropriação de terras para reforma agrária. A ocupação das terras ocorreria em 48 horas, conforme a sugestão do senador.

Valadares sugere ainda que a MP limite o uso de liminares em conflitos coletivos da posse da terra baseadas na apresentação de simples títulos de domínio dos proprietários rurais. A medida provisória a ser baixada pelo presidente da República, conforme a proposta do senador, tornaria obrigatória a participação do Ministério Público na solução dos conflitos coletivos pela posse da terra.

## Mauro sugere conselho para mudança

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) propôs ontem, em discurso, a criação de um conselho nacional, com a participação do governo e de representantes da sociedade, para garantir a aceleração da reforma agrária. Esse conselho centralizaria os debates sobre a reforma e teria representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, dos sem-terra, da Confederação Nacional da Agricultura e de partidos políticos.

Com a chacina dos sem-terra no Pará, Mauro Miranda acha que o governo perdeu a capacidade de

iniciativa e persuasão, tendo de admitir que a situação fugiu ao seu controle. Por isso, o governo terá agora de dividir com a sociedade civil um esforço de diálogo para diminuir o trauma dos conflitos fundiários.

Somente com esse conselho nacional será possível fixar responsabilidades e antecipar-se a novos conflitos de terra, "com o diálogo ocupando o espa-



**Mauro Miranda quer a sociedade representada**

ço onde prevalece o clima explosivo da convulsão social", afirmou Mauro Miranda. "Chegamos a tal grau de tensão que o país não vai caminhar enquanto não forem definidos novos rumos para esta guerra declarada, e não mais silenciosa, entre a burocracia e os excluídos", disse.

## A TERRA EM DEBATE

## Ademir aponta risco de nova chacina no Pará

Senador adverte que "é preciso evitar um conflito sangrento em Serra Pelada" e defende reunião de governos, políticos e garimpeiros para debater a ocupação do garimpo



João França

### França vê absurdo na dimensão da reserva ianomâmi

"O tamanho da reserva ianomâmi é um verdadeiro absurdo cometido contra a segurança nacional", afirmou o senador João França (PMDB-RR), que pediu ao governo para "corrigir urgentemente esse ato insano que coloca em risco permanente a integridade territorial do Brasil". Na sua opinião, a idéia de conferir aos povos indígenas do mundo inteiro o direito à autodeterminação é extremamente perigosa para o Brasil e fora da realidade dos índios do país.

O senador atribuiu a demarcação de 10 milhões de hectares para abrigar menos de 10 mil índios ianomâmis ao desejo do então presidente Fernando Collor "de agradar os grandes interesses internacionais". Para João França, "nas imensas riquezas lá existentes se fixam os interesses reais - defendidos por organizações estrangeiras - pela criação, ali, de uma nação indígena independente". A seu ver, é preciso, sim, proteger os valores indígenas, garantir a melhoria de vida das suas populações e, no caso dos índios aculturados, promover, sem traumas, a sua integração à sociedade brasileira.

O senador interpreta como "uma grande farsa internacional" a tese de que não se pode mexer em nada na Amazônia.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) advertiu ontem "que é preciso evitar um conflito sangrento em Serra Pelada", no Pará, e pediu que seja realizada uma reunião com representantes dos governos federal e estadual, políticos e garimpeiros para discutir "de maneira civilizada" a questão da ocupação do garimpo.

Ademir Andrade afirmou que "a Vale do Rio Doce está usurpando o direito dos garimpeiros" e usando de todo o seu poder econômico e político para impedir o trabalho de pessoas que há anos estão em Serra Pelada. "À primeira vista parece que os garimpeiros não têm razão de fazer o que estão fazendo. Mas sua atitude procede", disse, salientando que existe uma sentença favorável aos garimpeiros.

Há dois dias, os garimpeiros bloquearam a estrada que dá acesso ao garimpo, tomaram os equipamentos e impediram o trabalho das



Ademir Andrade

empresas que estão fazendo prospecção na área, lembrou o senador, para quem os garimpeiros, pela Constituição de 88, têm assegurado o direito de exploração da mina. Segundo ele, o artigo 174, parágrafos 3º e 4º, determina que onde houver garimpo quem tem a prioridade sobre a mineração são os garimpeiros.

### SABOTAGEM

Para o senador, o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) não tem interesse em ajudar os garimpeiros. "Eles queriam que os garimpeiros desistis-

sem e tentaram matá-los de cansaço, sabotando de todas as formas o trabalho, com bombas danificadas e falta de apoio", disse o senador.

Autor de um projeto que impunha restrições à indenização da Vale do Rio Doce pelo governo, no valor de quase R\$ 60 milhões, o senador disse acreditar que a estatal escondeu informações sobre a pesquisa da mina para evitar o questionamento jurídico da concessão.

Ademir Andrade afirmou também que no dia 23 de janeiro apresentou pedido de informações para que a Vale do Rio Doce encaminhasse o resultado das pesquisas que vinha fazendo. "Surpreendentemente", comentou o senador, "eles anunciaram o resultado da pesquisa este mês, dizendo que a área fica próxima de Serra Pelada, quando na verdade todo mundo sabe que é em Serra Pelada".

## Suplicy diz que PT apoiará projeto do rito sumário

Depois de fazer um relato preliminar da viagem da comissão de senadores à região de Eldorado dos Carajás, onde houve a chacina dos sem-terra, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem que o PT pretende apoiar o projeto do deputado Hélio Bicudo que institui o rito sumário nos processos de conflito fundiário e transfere à Justiça comum o julgamento de crimes co-

metidos por policiais militares.

Suplicy se reunirá ainda nesta semana com os outros quatro senadores da comissão para elaboração de relatório a ser apresentado ao plenário do Senado. Foram a Eldorado dos Carajás, Belém e Marabá os senadores Eduardo Suplicy, Coutinho Jorge (PSDB-PA), Ademir Andrade (PSB-PA), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Totó Cavalcante (PPB-TO).



Eduardo Suplicy

# Solução para o Banespa gera debate em plenário

*Suassuna e outros senadores questionam governo federal por receber imóveis do governo paulista como pagamento de dívidas no momento em que promove a privatização*



Ao lado de Pedro Piva, Miranda preside reunião da CAE

## Presidente da Caixa explica empréstimos a bancos

O presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, depôs ontem em sessão secreta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde compareceu para falar acerca dos empréstimos concedidos a outras instituições financeiras com a garantia de CDI (Certificados de Depósito Interbancário). A reunião foi presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM).

Ao final da reunião, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o depoimento prestado pelo presidente da Caixa "simplesmente confirma" que a

estrutura do Estado está a serviço de bancos privados. O senador criticou a instituição pela "insensibilidade" demonstrada com os mutuários que estão pagando prestações abusivas de seus imóveis porque os preços foram superfaturados na construção.

Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou que o depoimento de Cutolo foi "extremamente didático e deu todos os esclarecimentos necessários para que os senadores ficassem informados sobre as ações da Caixa Econômica em relação aos CDI, principalmente quanto aos bancos Econômico e Nacional".

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) declarou ontem que votará favoravelmente ao acordo dos governos federal e paulista sobre o Banespa, desde que suas condições sejam estendidas ao tratamento das dívidas de outros estados. Pelo



Ney Suassuna

acordo, o governo de São Paulo terá 30 anos para pagar suas dívidas, a juros de 6% ao ano. Suassuna afirmou também que, num momento em que o governo está privatizando suas empresas, ele não deveria receber em pagamento empresas e imóveis, como propõe o governador paulista, Mário Covas.

- Entendemos as agruras de Covas, queremos uma solução para o Banespa, mas não entendemos nem concordaremos com discriminação e tratamento diferenciado - acentuou.

O senador Totó Cavalcante (PPB-TO) disse que a situação de seu estado é tão difícil quanto a de São Paulo. Já para o senador João Alves (PFL-SE), privilegiar o estado mais desenvolvido é contribuir para aprofundar ainda mais as

desigualdades regionais do país.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também questionou o recebimento, pelo governo federal, de estradas de

ferro e aeroportos paulistas. "Que liquidez têm elas se estão sucateadas?", perguntou. Para Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), o acordo evidencia que o Banco Central mudou de política em relação a bancos estaduais. O Paraíba, que sofreu intervenção, só foi reaberto "pela tenacidade dos paraibanos", disse.

É correta a posição de não dar privilégios a São Paulo, concordou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Além disso, a redinamização do Banespa deve implicar "gestão diferente da anterior". Daí a proposta, já apresentada a Mário Covas pelo PT, de integrar ao Conselho de Administração do banco representantes de prefeituras e de pequenos e médios empresários, disse.

## CAE votará relatório no dia 7

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), anunciou ontem a designação do senador Pedro Piva (PSDB-SP) como relator do pedido de autorização de empréstimo para o governo de São Paulo, relacionado ao Banespa. Foram designados relatores adjuntos os senadores Osmar Dias (PR), Roberto Requião (PMDB-

PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo o senador Gilberto Miranda, a CAE deve votar o relatório sobre o Banespa no dia 7 de maio, devendo a matéria ser apreciada dois dias depois pelo plenário do Senado. Por iniciativa de Osmar Dias, a CAE aprovou requerimento solicitando informações complementares ao Tribunal de Contas da União.

## PROGRAMAÇÃO DA TV SENADO PARA HOJE

**9h** - Agenda do dia

**9h30** - Entrevista com o senador Ademir Andrade (PSB/PA).

**10h30** - Transmissão da reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

**14h30** - Transmissão da Sessão Plenária Deliberativa.

**19h** - Entrevistas.

**19h30** - Reapresentação da Sessão Plenária.

**23h30** - Encerramento das transmissões.

# Josaphat discorda do veto de FHC à anistia de petroleiro

*Relator da comissão que analisa a decisão presidencial, o senador rejeita a visão de que o projeto contraria o interesse público*



Coutinho Jorge

## Coutinho quer definir política urbana ao país

O presidente da Comissão Especial Habitat-2, senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), afirmou ontem que o conhecimento das experiências brasileiras bem-sucedidas na área de habitação, com a série de audiências que está sendo promovida pela comissão com especialistas da área, dará ao Congresso Nacional meios para contribuir de forma mais efetiva na definição de uma política urbana para o país.

Dentro da programação de audiência, a comissão ouviu ontem Vera Lúcia Ribeiro, assessora da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento. Para o dia 8 de maio, está previsto o depoimento do diplomata Elin Dutra, um dos coordenadores do projeto de participação do Brasil na Conferência Habitat-2, a ser realizada em Istambul, no próximo mês de julho.

Em reunião da Comissão Mista que analisa o veto presidencial ao projeto de anistia de multas a entidades sindicais dos petroleiros, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou ontem seu relatório. Ele destacou que a anistia votada pelo Congresso não pode ser considerada ato contrário ao interesse público, conforme alegou o presidente da República, pois aquela medida "visa a apaziguar ânimos e interesses em esfera de alta produtividade econômica e de relevante consciência sindical, como a dos petroleiros".

O relator discordou também

de que a anistia afronte decisão do Tribunal Superior do Trabalho, argumentando que, ao reconhecer a possibilidade de inviabilização da atividade sindical no âmbito da categoria dos petroleiros, em face do elevado valor das multas aplicadas, o governo "na verdade proclama que a decisão judicial não foi adequada".

### VOTAÇÃO

O parecer de Josaphat Marinho, discutido na reunião de ontem, deverá ser votado hoje, em razão do pedido de vistas encaminhado pelo deputado Arnaldo Madeira, um dos seis membros da comissão.



Josaphat Marinho

## Amorim vai propor sistema parlamentarista

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) anunciou ontem que vai apresentar proposta de emenda constitucional instituindo o sistema parlamentarista de governo no país, por entender que o presidencialismo "está ultrapassado e é incompetente". Para o senador, a principal reforma que o Brasil precisa é a reforma institucional.

Segundo Ernandes Amorim, "não bastou ao governo a falência do setor privado, com estes juros altos que geraram a inadimplência generalizada no país". O passo seguinte, a seu ver, será a falência das prefeituras e dos estados, "para não existir qualquer força capaz de



Ernandes Amorim

enfrentá-lo".

Para o senador, a questão dos sem-terra não se resume à reforma agrária: "É uma questão de programa de governo. É uma questão de política agrícola, que o governo não tem". Amorim disse que o governo

"queimou a saúde, queimou a agricultura e está queimando os estados e municípios. No terceiro ano de mandato vai queimar a administração pública, para no quarto ano queimar as estatais".

Amorim criticou a falta de recursos para as áreas sociais, afirmando que o repasse de verbas federais aos municípios não aconteceu porque o governo ainda não sancionou a lei do Orçamento. Em razão disso, o Programa Comunidade Solidária, que veio substituir a Legião Brasileira de Assistência (LBA) na distribuição de recursos, não está atendendo a todo o país, mas apenas a alguns municípios.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agacel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal